

LEI Nº 271 DE 04 DE SETEMBRO DE 2015

“Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2015 e dá outras providências”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO WALTER - ACRE,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Porto Walter – Acre votou, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art.1º São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 159, § 2º, da Constituição Estadual e na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2015, compreendendo:

- I** - as prioridades e metas da Administração Pública Municipal;
- II** – a estrutura e organização dos orçamentos;
- III** – as diretrizes para elaboração e execução dos Orçamentos do Município e suas alterações;
- IV** – as disposições relativas à dívida pública municipal;
- V** - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- VI** – as disposições sobre alterações na legislação tributária;
- VII** - disposições gerais.

CAPÍTULO I

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º Ficam estabelecidas, para a elaboração dos orçamentos do Município relativo ao exercício de 2015, as diretrizes gerais de que tratam este Capítulo e os princípios estabelecidos na Constituição Federal, na Constituição Estadual no que couber, na Lei Orgânica do Município, na Lei Federal nº 4.320/64 e na Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art. 3º As ações prioritárias e respectivas metas da Administração Pública Municipal para o exercício de 2015 são as constantes do Anexo I desta Lei, cujas dotações necessárias ao cumprimento das metas fiscais deverão ser incluídas na Lei Orçamentária de 2015.

§ 1º As ações governamentais constantes do Anexo I de que trata o caput, terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária para 2015 e na liberação da programação orçamentária e financeira.

§ 2º Na elaboração da proposta orçamentária para 2015, o Poder Executivo Municipal poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

§ 3º Em caso de necessidade de limitação de empenho e movimentação financeira, os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal deverão ressaltar, sempre que possível, as ações que constituem metas e prioridades estabelecidas nos termos deste artigo.

CAPITULO II

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

II - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV – operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento de ações do governo municipal, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

V - subtítulo, o menor nível de categoria de programação, sendo utilizado, especialmente, para especificar a localização física da ação;

VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII – descentralização de créditos orçamentários, a transferência de créditos constantes da Lei Orçamentária ou de créditos adicionais, desde que no âmbito do mesmo órgão ou entidade ou entre estes.

Art. 5º A Lei Orçamentária compor-se-á de:

I - Orçamento Fiscal;

II - Orçamento da Seguridade Social;

§ 1º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de Lei Orçamentária de 2015 e na respectiva Lei, bem como nos créditos adicionais, por programas, atividades, projetos ou operações especiais, desdobrados em subtítulos, com indicação, quando for o caso, do produto, da unidade de medida e da meta física.

§ 2º Cada ação orçamentária, entendida como a atividade, o projeto ou a operação especial, deve identificar a função e a subfunção às quais se vincula.

§ 3º As atividades com a mesma finalidade de outras já existentes deverão observar o mesmo código, independentemente da unidade executora.

§ 4º Cada projeto constará somente de uma única esfera orçamentária, sob um único programa.

§ 5º A subfunção, nível de agregação imediatamente inferior à função, deverá evidenciar cada área de atuação governamental.

Art. 6º Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social de 2015, compreenderão a programação dos Poderes Legislativo e Executivo, seus fundos, órgãos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

Art. 7º Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, o grupo de natureza de despesa, a modalidade de aplicação e a fonte de recursos.

Art. 8º As receitas serão escrituradas de forma que se identifique a arrecadação segundo as naturezas de receitas e fontes de recursos e parcelas vinculadas à seguridade social.

Art. 9º É vedado consignar na Lei Orçamentária de 2015, crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

Art. 10. A Lei Orçamentária poderá conter Reserva de Contingência, observado o inciso III do art. 5º da Lei Complementar Federal nº 101/2000, constituída, exclusivamente, de recursos do Orçamento Fiscal, equivalendo a, no Máximo, 2% (por cento) da receita corrente líquida prevista na proposta orçamentária de 2015, para atender os passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos e demais créditos adicionais.

Art. 11. A proposta orçamentária do Poder Legislativo será elaborada com base no somatório da arrecadação efetiva das receitas estabelecidas no caput do art. 29-A da Constituição.

Art. 12. O Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo Municipal sua proposta parcial para o exercício de 2015, até o dia 10 de agosto de 2014.

Art. 13. A Lei Orçamentária de 2015 conterà demonstrativo das emendas aprovadas pelo Poder Legislativo Municipal detalhando o órgão, número do projeto ou atividade, elemento de despesa, fonte e valor.

Parágrafo único - As propostas de modificação ao Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2015, deverão ser apresentadas da mesma forma e nível de detalhamento que foram estabelecidas no Projeto de Lei.

Art. 14. Não poderão ser apresentadas emendas ao Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2015 que anulem o valor de dotações orçamentárias consignadas à conta de:

I - pessoal e encargos sociais;

II - recursos vinculados por lei;

III - contrapartida obrigatória do Tesouro Municipal a recursos transferidos ao Município;

IV - juros e encargos da dívida;

V - recursos de convênios, doações e operações de crédito com entidades nacionais e internacionais.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Seção I

Das Diretrizes Gerais

Art. 15. A elaboração do projeto da Lei Orçamentária de 2015 e de créditos adicionais, a aprovação e a execução da respectiva Lei, deverão ter por objetivo a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Art. 16. O Orçamento para o exercício de 2015 obedecerá ao princípio do equilíbrio das contas públicas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, seus fundos e fundações.

Art. 17. No Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2015, a previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas a preços vigentes em agosto de 2014.

§ 1º As estimativas de receitas serão feitas com a observância estrita das normas técnicas e legais e considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação dos índices de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante.

§ 2º As estimativas das despesas obrigatórias deverão adotar metodologia de cálculo compatível com a legislação aplicável, o comportamento das despesas em anos recentes, os efeitos decorrentes de decisões judiciais e a legislação aprovada pelo Poder Legislativo Municipal.

Art. 18. O Orçamento do Município para 2015, alocará obrigatoriamente:

I - recursos para manutenção dos órgãos da administração direta, fundações e seus fundos municipais;

II - recursos destinados ao pagamento dos serviços da dívida municipal;

III - recursos destinados ao Poder Legislativo Municipal, dentro dos limites estabelecidos pela Emenda Constitucional nº 58/2009;

IV - recursos destinados à manutenção do pagamento dos servidores públicos municipais, assim como das atividades administrativas de caráter continuado e de projetos que estejam em execução;

V - recursos destinados ao pagamento de precatórios judiciais, para o cumprimento do que dispõe o art. 100, §1º da Constituição Federal.

Art. 19. O Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2015, poderá conter programação constante de Projeto de Lei do Plano Plurianual 2014/2017.

Art. 20. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária de 2015 e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle dos custos das ações e avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 21. Além da observância das prioridades e metas fixadas nos termos do art. 3º desta Lei, a Lei Orçamentária de 2015 e as de seus créditos adicionais, observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, somente incluirão projetos novos se:

I - tiverem sido adequada e suficientemente contemplados:

a) as Metas e Prioridades constantes do Anexo I desta Lei;

b) as ações relativas ao custeio administrativo e operacional da Administração Pública Municipal;

c) os projetos em andamento;

II - os recursos alocados viabilizarem a conclusão de uma etapa ou a obtenção de uma unidade completa, considerando-se as contrapartidas de que trata a alínea “d” do inciso IV, § 1º do art. 25 da Lei Complementar Federal nº 101/2000;

III - estiverem compatíveis com o Plano Plurianual e com esta Lei.

Seção II

Das Disposições sobre Débitos Judiciais

Art. 22. A Lei Orçamentária discriminará e destinará recursos para pagamento de precatórios judiciais, em cumprimento ao disposto no art. 100 da Constituição Federal, excetuando-se os precatórios de competência do Poder Legislativo.

§ 1º A Lei Orçamentária de 2015 somente incluirá dotações para o pagamento de precatórios cujos processos contenham certidão de trânsito em julgado da decisão exequenda e pelo menos um dos seguintes documentos:

I - certidão de trânsito em julgado dos embargos à execução;

II - certidão de que não tenham sido opostos embargos ou qualquer impugnação aos respectivos cálculos.

Seção III

Das Diretrizes Específicas do Orçamento da Seguridade Social

Art. 23. O orçamento da Seguridade Social de 2015 compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social, obedecerá ao disposto nos arts. 167, inciso XI, 194, 195, 196, 199, 201, 203, 204 e 212, § 4º, da Constituição Federal.

Seção IV

Das Alterações da Lei Orçamentária

Art. 24. Durante a execução orçamentária, justificadamente, as categorias de programação aprovadas na Lei Orçamentária de 2015, poderão ser modificadas da seguinte forma:

I – por créditos adicionais previstos nos artigos 40 a 43 da Lei Federal nº 4.320/64, autorizados na própria Lei Orçamentária ou em lei específica;

II – por alteração do Quadro de Detalhamento de Despesas (QDD) dos órgãos, entidades ou fundos pertencentes aos Orçamentos da Administração Pública Municipal.

§ 1º Os créditos adicionais suplementares serão abertos por decreto do Chefe do Poder Executivo, observando-se que os créditos adicionais suplementares são utilizados exclusivamente para reforço das categorias de programação já existentes, incluindo a criação de novas naturezas de despesas, e que os créditos adicionais especiais são utilizados para dotar novas atividades, projetos e operações especiais.

§ 2º As alterações de categorias de programação do Quadro de Detalhamento de Despesas (QDD), serão realizado por ato do Poder Executivo.

Art. 25. Durante a execução orçamentária, fica o Poder Executivo autorizado:

I – a abrir créditos adicionais suplementares com recursos do superávit financeiro, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, até os limites dos saldos verificados em cada fonte de recursos, nos termos previstos no inciso I, § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64;

II – a abrir créditos adicionais suplementares até o limite do excesso de arrecadação verificado no exercício, nos termos do inciso II, § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64;

III – a abrir créditos adicionais suplementares até o limite das dotações orçamentárias da Reserva de Contingência constante da Lei Orçamentária;

IV - a abrir créditos adicionais suplementares na Administração Direta e Indireta, e nos fundos municipais, por meio da anulação de dotações orçamentárias previstas na Lei Orçamentária ou em seus créditos adicionais, até o limite de 40% (quarenta por cento) do total das despesas fixadas, nos termos do inciso III, § 1º do art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64;

V – a abrir créditos adicionais para atender despesas financiadas por Operações de Crédito autorizadas.

§ 1º Em relação ao inciso II do caput deste artigo, fica autorizada a abertura de créditos adicionais suplementares para atender despesas custeadas com recursos originários de Convênios e Termos de Repasse, independentemente do ingresso desses recursos.

Art. 26. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários de 2013, conforme disposto no §2º do artigo 167 da Constituição Federal, será efetivada no exercício de 2015, mediante Decreto do Prefeito Municipal.

Parágrafo único - Na reabertura desses créditos, a fonte de recurso deverá ser identificada como saldos de exercícios anteriores, independentemente da receita à conta da qual os créditos foram abertos.

Art. 27. Os Projetos de Lei de Créditos Adicionais de 2015, terão como prazo para encaminhamento ao Poder Legislativo Municipal, a data improrrogável de 30 de novembro de 2015.

Art. 28. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar para remanejamento dos saldos orçamentários de 2014.

Art. 29. O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na

Lei Orçamentária de 2015 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, inclusive os títulos, metas e objetivos, assim como o respectivo detalhamento por esfera orçamentária, grupos de natureza de despesa, fontes de recursos e modalidades de aplicação.

Parágrafo único - A transposição, transferência ou remanejamento não poderá resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária de 2015 ou em créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, ajuste na classificação funcional.

Art. 30. Se o Projeto de Lei Orçamentária de 2015 não for sancionado pelo Prefeito de Porto Walter, até o dia 31 (trinta e um) de dezembro de 2014, conforme o disposto no art. 158, parágrafo único da Constituição do Estado do Acre, a programação poderá ser realizada em cada mês, até a competente sanção do Prefeito, para as despesas relativas à pessoal e encargos sociais, dos serviços da dívida, e dos projetos e atividades em execução no exercício de 2015.

§ 1º Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da Lei Orçamentária a utilização dos recursos autorizados neste artigo.

§ 2º Os saldos negativos eventualmente apurados, em virtude de procedimento previsto neste artigo, serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária, através da abertura de créditos adicionais, com base em remanejamento de dotações, cujos atos serão publicados antes da divulgação dos Quadros de Detalhamento da Despesa.

Seção V

Das Disposições sobre a Limitação Orçamentária e Financeira

Art. 31. Na programação da despesa, não se poderá fixar despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras, ressalvados os casos de calamidade pública formalmente reconhecidos, na forma do art. 167, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 32. O Poder Executivo deverá elaborar e publicar por ato próprio, até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2015, a programação financeira e o cronograma de desembolso, por órgão, nos termos dos artigos 8º e 13 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a abrangência necessária à obtenção das metas fiscais.

Art. 33. Na execução do Orçamento de 2015, verificada a ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do art. 9º e no inciso II, § 1º do art. 31 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, o Poder Executivo procederá à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, calculada de forma proporcional à participação dos Poderes, no total das dotações autorizadas constantes da Lei Orçamentária de 2015.

§ 1º Excluem-se do caput deste artigo as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais, as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida e as custeadas com recursos provenientes de doações e convênios.

§ 2º Os Poderes Executivo e Legislativo com base nas informações a que se refere o caput deste artigo, editarão ato próprio estabelecendo os montantes indisponíveis para empenho e movimentação financeira.

§ 3º Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita não será suficiente para garantir o equilíbrio das contas públicas, adotar-se-ão as mesmas medidas previstas neste artigo.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 34. A verificação dos limites da dívida pública será feita na forma e nos prazos estabelecidos na Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art. 35. Constarão do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2015, as despesas com juros, encargos e amortizações da dívida, das operações contratadas ou com prioridades e autorizações concedidas pelo Poder Legislativo, até o mês de agosto do exercício de 2014.

Art. 36. Na estimativa da receita do Projeto da Lei Orçamentária de 2015, poderão ser incluídas operações de crédito já autorizadas por leis específicas, nos termos do § 2º do art. 7º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, observados o disposto no § 2º do art. 12 e no art. 32, ambos da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, no inciso III do art. 167 da Constituição Federal, assim como, se for o caso, os limites e condições fixados pelo Senado Federal.

Art. 37. A Lei Orçamentária poderá conter autorização para contratação de crédito pelo Poder Executivo, a qual fica condicionada ao atendimento do disposto no 2º do art. 12 e no art. 32, ambos da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, no inciso III do art. 167 da Constituição Federal, assim como, se for o caso, os limites e condições fixados pelo Senado Federal.

Art. 38. A Lei Orçamentária poderá conter autorização para a realização de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, desde que observado o disposto no art. 38 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 e atendidas as exigências estabelecidas na Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 39. As limitações estabelecidas na Lei Complementar Federal nº 101/2000 e Emenda Constitucional nº 58/2009, serão observadas na definição das despesas totais com pessoal ativo e inativo dos Poderes Legislativo e Executivo para o exercício de 2015.

Art. 40. Para fins de apuração da despesa com pessoal prevista no art. 18 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, deverão ser incluídas as despesas relativas à contratação de pessoal por tempo determinado.

Art. 41. Observado o disposto nos arts. 18, 19 e 20 da Lei Complementar Federal nº 101 de 2000, os Poderes Executivo e Legislativo, no âmbito de sua Competência, no exercício de 2015, poderão encaminhar projetos de lei visando a:

I - concessão e absorção de vantagens e aumento de remuneração de servidores;

II - criação e extinção de cargos públicos;

III - criação, extinção e alteração da estrutura de carreiras;

IV - provimento de cargos e contratações estritamente necessárias, respeitadas a legislação municipal vigente;

V - revisão do sistema de pessoal, particularmente do regime jurídico e do plano de cargos, carreiras e salários, objetivando a melhoria da qualidade do serviço público, por meio de política de valorização, desenvolvimento profissional e melhoria das condições de trabalho do servidor público.

§ 1º Fica dispensada do encaminhamento do projeto de Lei a concessão de vantagens já previstas na legislação.

§ 2º A criação ou ampliação de cargos deverá ser precedida da demonstração do atendimento aos requisitos da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 42. Os gastos de pessoal alocados no serviço serão projetados com base na política salarial do Governo Municipal para seus servidores e empregados, respeitando os limites fixados pela alínea “b”, inciso III do artigo 20 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art. 43. Na hipótese de ser atingido o limite prudencial de que trata o art. 22 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, a convocação para prestação de horas complementares de trabalho somente poderá ocorrer nos casos de calamidade pública, na execução de programas emergenciais de saúde pública ou em situações de extrema gravidade, devidamente reconhecida pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 44. A estimativa da receita que constará do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2015, observará a expansão da base tributária e o conseqüente aumento das receitas próprias e contemplará as medidas para aperfeiçoamento da arrecadação dos tributos municipais.

Art. 45. O Município fica autorizado a rever e atualizar a sua legislação tributária no exercício de 2015 em conformidade com o descrito na Lei Orgânica do Município.

§ 1º A revisão e atualização de que trata o presente artigo, compreenderá também a modernização da administração fiscal no sentido de aumentar a sua eficácia e produtividade.

§ 2º Os esforços mencionados no parágrafo anterior se estenderão à administração da dívida ativa.

Art. 46. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia da receita para efeito do disposto no art. 14, § 3º da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art. 47. O projeto de lei que conceda ou amplie incentivo, isenção ou benefício, de natureza tributária ou financeira, deverá observar o disposto no art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Parágrafo único - Os efeitos orçamentários e financeiros de lei ou medida provisória que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza financeira, creditícia ou patrimonial poderão ser compensados mediante o cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 48. A execução da Lei Orçamentária de 2015 e dos créditos adicionais obedecerão aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na Administração Pública.

§ 1º São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa, que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

§ 2º A contabilidade registrará todos os atos e os fatos relativos à gestão orçamentário-financeira, independentemente de sua legalidade, sem prejuízo das responsabilidades e demais conseqüências advindas da inobservância do disposto no § 1º deste artigo.

Art. 49. Para efeito do disposto no art. 42 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere.

Parágrafo único - No caso de despesas relativas à prestação de serviços já existentes e destinados à manutenção da Administração Pública Municipal, consideram-se compromissadas apenas as prestações cujos pagamentos devam ser realizados no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Art. 50. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2015, serão orientadas no sentido de alcançar o resultado primário necessário para garantir uma trajetória de solidez financeira do Município de Porto Walter, conforme discriminado no Anexo de Metas Fiscais desta Lei.

Art. 51. Integram esta Lei os seguintes Anexos:

I - Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal;

II - Metas Fiscais, elaborado em conformidade com o art. 4º, §§ 1º e 2º da Lei Complementar Federal nº 101/2000;

III - Riscos Fiscais, elaborado em conformidade com o art. 4º, § 3º da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 52. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual de 2015 se contemplados no Plano Plurianual (Art. 5º, § 5º, da Lei Complementar Federal nº 101/2000).

Art. 54. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Walter - Acre, 04 de Setembro de 2015.

José Estephan Barbary Filho
Prefeito Municipal

ANEXOS

Programa: 0002 – Administração Governamental
Objetivo: Prover os órgão municipal dos meios administrativos para implementação e gestão de seus programas finalística.

Ação	Produto (un)	Metas 2015
Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito.	Gabinete mantido (un)	01
Manutenção do Gabinete do Vice Prefeito.	Gabinete mantido (un)	01
Manutenção das Atividades da Procuradoria Jurídica	Procuradoria mantida (un)	01
Manutenção das Atividades de Secretaria Municipal Administração	Secretaria mantida (un)	01
Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Finanças	Secretaria mantida (un)	01
Contribuição para Formação do Patrimônio do Servidor Publica - PASEP	PASEP (un)	01
Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Obras Públicas, Viação e Urbanismo.	Secretaria mantida (un)	01
Controle da Dívida	Controle divida (un)	01
Sentença Judiciaria	Precatório (un)	01
Manutenção das Atividades da Sec Munic de Planejamento e Coordenação geral	Secretaria mantida (un)	01

Programa: 0003 – Educação
Objetivo: Garantir a qualidade da educação infantil e fundamental, transformando os ambientes em espaços de convivência, ensino e aprendizagem.

Ação	Produto (unidade)	Metas 2015
Construção, Ampliação e Reforma de Escolas	Escolas atendidas (un)	15
Programa de acompanhamento pedagógico	Programa mantido (un)	01
Construção de Creches	Creche construída (un)	02
Programa de ação Articulada – PAR	Programa mantido (un)	01
PNAE – Alimentação Escolar – Ensino Fundamental	Aluno atendido (un)	3.100
Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental - Magistério	Folha de pagamento mantida (un)	01
Manutenção e Desenvolvimento do ensino Fundamental – Apoio	Folha de pagamento mantida (un)	01
PNATE – Ensino Fundamental	Aluno atendido (un)	900
Programa dinheiro Direto na Escola – PDDE	Escola atendida (un)	39
Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Infantil - Magistério	Folha de pagamento mantida (un)	01
Manutenção das Atividades do Conselho Municipal de Educação	Conselho mentido (un)	01
Salario Educação	Programa mantido (un)	01

PNAE – Alimentação Escolar - Creche	Aluno atendido (un)	140
PNAE – Alimentação Escolar – Pré-Escolar	Aluno atendido (un)	162
PNAE – Alimentação Escolar - AEE	Programa mantido (un)	21
PNAE – Alimentação Escolar - EJA	Programa mantido (un)	300
PNATE – Ensino Infantil	Programa mantido (un)	140
PNAIC	Aluno atendido (un)	600
ASINHAS	Aluno atendido (un)	150

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS 2015**

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Assistências a epidemias e inundações do Rio Juruá	73.900,00	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	73.900,00
SUBTOTAL	73.900,00	SUBTOTAL	73.900,00
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Taxas de Juros	-	Abertura de créditos adicionais a partir da redução de dotação de despesas discriminatórias	-
Salário Mínimo	4.405,00	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	4.405,00
Frustração de receita	-	Limitação de empenho	-
SUBTOTAL	4.405,00	SUBTOTAL	4.405,00
TOTAL	78.305,00	TOTAL	78.305,00

FONTE:

Programa: 0012 – Manutenção e Execução de Serviços Urbanos
Objetivo: Garantir os serviços básicos de coleta e destinação final de resíduos sólidos, implantando uma coleta regular e seletiva de resíduos hospitalar.

Ação	Produto (unidade)	Metas 2015
Manutenção do Sistema Coleta e Limpeza Publica	Resíduo Solido Coletado (ton)	100
Manutenção e Ampliação do Sistema de Iluminação Publica	Pontos de Iluminação (un)	110

Programa: 0005 – Desenvolvimento de Infraestrutura Viária e Urbanismo
Objetivo: Proporcionar melhorias no trafego urbano e rural, através do desenvolvimento de ações estruturantes em vias urbanas e rurais.

Ação	Produto (unidade)	Metas 2015
Abertura, Pavimentação e Recuperação das Vias Urbanas.	Vias Mantidas (km)	20
Abertura, Conservação e Manutenção de Ramais.	Ramais Mantidos (km)	90,5
Manutenção das Atividades do Departamento de Viação	Departamento mantido (un)	01
Manutenção das Atividades do Departamento de Urbanismo	Departamento mantido (un)	01
Manutenção das Atividades da Sec Municipal de Obras Públicas	Sec Mantida (un)	01
Limpeza de Igarapé e Outros	Limpeza realizada (un)	06
Construção, Reforma e Manutenção de Praças	Praça construída/mantida (un)	01
Construção e Manutenção da Rampa de Acesso	Rampa mantida (un)	01
Programa Acessibilidade	Prédio/Calçada acessível (un)	04

Programa: 0010 – Meio Ambiente
Objetivo: Implementação da política municipal de meio ambiente, através de monitoramento, fiscalização licenciamento e controle ambiental.

Ação	Produto (unidade)	Metas 2015
Ampliação do Parque Ecológico	Parque implantado (km)	01
Destinação de Resíduo Solida	Aterro Sanitário (un)	01

Educação Ambiental	Eventos realizados (un)	12
--------------------	-------------------------	----

Programa: 0006 – Assistência social Geral
Objetivo: Melhorar a qualidade de Vida da pessoa em vulnerabilidade Social, com ações focadas no atendimento às necessidades básicas e na promoção da inclusão social.

Ação	Produto (unidade)	Metas 2015
Proteção Social a Família – PBV III	Família atendida (un)	720
Índice de Gestão Descentralizada – IGD SUAS	Programa mantido (un)	01
Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	Secretaria mantida (un)	01
Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar	Conselho mantido (un)	01
Programa de Assistência ao Idoso	Idoso atendido (un)	08
Programa de Assistência a Criança e ao Adolescente - PETI	Criança/adolescente atendido (un)	256
Índice de Gestão Descentralizada do Bolsa Família - IGDBF	Programa mantido (un)	01
Benefícios Eventuais	Pessoa Atendida (un)	28
Programa Nacional de promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – ACESSUAS/TRABALHO	Programa mantido (un)	01
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCF	Criança/Adolescente/idoso atendido (un)	347
Manutenção da Lancha da Assistência Social	Lancha mantida (un)	01
BPC na Escola – Questionário a ser Aplicado	Individuo Atendido (un)	23
Piso Básico Fixo I	Família Atendida (un)	500
Aquisição de Veículos e Equipamentos/Material Permanente	Veículos/Equipamento comprado (un)	15
Atividades a Cargo do Fundo Municipal da Criança e Adolescente	Fundo mantido (un)	01
Proteção Social a Família – PBV - Estado	Famílias atendidas (un)	720

Programa: 0007 – Desenvolvimento da Produção Agrícola e Pecuária.
Objetivo: Fortalecer e Fomentar as Cadeias Produtivas no Município.

Ação	Produto (unidade)	Metas 2015
Aquisição de Máquinas e Implementos Agrícolas	Máquina/Implementos adquirido (un)	06
Capacitação e Treinamento ao Produtor Rural.	Produtor atendido (un)	65
Incentivo a Piscicultura	Produtor atendido (un)	80

Escoamento da Produção	Produtor atendido (un)	35
Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura e Produção	Secretaria mantida (un)	01
Apoio Produção Rural	Produtor atendido (un)	100
Manutenção do Mercado Municipal	Mercado Revitalizado (un)	01
Manutenção das Atividades do Departamento de Produção Animal e Vegetal	Departamento mantido (un)	01
Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Obras Públicas, Viação e Urbanismo.	Secretaria mantida (un)	01
Feiras Livres	Evento realizado (un)	04
Implantação do Viveiro de Mudas	Viveiro Implantado (un)	01
Assistência Técnica ao Produtor	Produtor Atendido (un)	80
Construção de Galpão	Galpão Construído (un)	01

Programa: 0008 - Fortalecimento da Saúde
Objetivo: Fortalecer a Atenção Básica á Saúde.

Ação	Produto (unidade)	Metas 2015
Construção, reforma e ampliação de Unidade básica de Saúde.	Unidade básica (un)	01
Piso fixo de Vigilância em saúde (PFVS) – Vigilância em Saúde	Ações realizadas (un)	06
Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS) – Parte ANVISA – Vigilância em Saúde	Ações realizadas (un)	04
Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS) – Parte FNS – Vigilância em Saúde	Servidor Qualificado (un)	02
Programa de Assistência Farmacêutica Básica – Assistência Farmacêutica	Paciente atendido (un)	5.960
Agente Comunitário em Saúde (ACS) – Atenção Básica	Família atendida (un)	1.980
Piso de Atenção Básica Fixa (PAB FIXO) – Atenção Básica	Ações realizadas (un)	04
Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade – PMAQ (RAB-PMAQ-SM) – Atenção Básica	Melhoria de Unidade (un)	01
Saúde Bucal (SB) – Atenção Básica	Paciente atendido (un)	3.000
Saúde da Família (SF) – Atenção Básica	Família atendida (un)	850
Programa de Financiamento as ações de Alimentação e Nutrição (VAN) - Investimento	Crianças atendidas (un)	10

Programa de Requalificação de UBS (Construção) - Investimento	Unidade Construída (un)	01
Unidade Básica de Saúde (UBS) - Investimento	Unidade equipada (un)	01
Teto Municipal de Média e Alta Complexidade Ambulatória e Hospitalar - MAC	Paciente atendido (un)	10
Teto Municipal Rede Cegonha (RCE-RCEG) - MAC	Paciente atendido (un)	240
Transporte de Paciente	Paciente atendido (un)	900
Manutenção das Atividades do Conselho Municipal de Saúde	Conselho mantido (un)	01
Coordenação das Ações Básica de Saúde	Coordenação mantida (un)	01
Programa saúde da Família Indígena (PSFI)	Família Indígena atendido (un)	120
Manutenção da Unidade Básica de Saúde	Unidade básica mantida (un)	01
Programa de Atendimento Itinerante	Paciente atendido (un)	1.500
Programa de Qualificação as Assistência Farmacêutica – QUALIFAR-SUS	Programa mantido (un)	01
Atenção Nutricional a Desnutrição Infantil	Crianças atendidas (un)	25

Programa: 0009 – Saneamento Básica
Objetivo: Garantir o tratamento e a coleta de esgoto sanitário e o abastecimento de água tratada, para melhores condições de saúde da população do Município, evitando a contaminação e a proliferação de doenças como também preservação do meio ambiente.

Ação	Produto (unidade)	Metas 2015
Ampliação do Sistema de rede de Abastecimento de água	Comunidade atendida (km)	06
Melhoria do Sistema de Esgotamento Sanitário	Sistema de Esgoto Melhorado (km)	01

Programa: 0011 – Cultura, Esporte e Lazer
Objetivo: Incentivar a Cultura e prática a esportiva e de lazer, fortalecendo as atividades de cultura, desportivas e de lazer nos bairros e comunidade rural.

Ação	Produto (unidade)	Metas 2015
Construção do Centro Cultural	Centro construído (un)	01
Construção e Reforma de Quadra de Desporto	Quadra de esporte construída/reformada (un)	04

Manutenção das Atividades do Departamento de Cultura, Turismo e Lazer	Departamento mantido (un)	01
Promoção Artística, Culturais e Lazer.	Evento realizado (un)	22

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS 2015**

EMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

ESPECIFICAÇÃO	2			2			201		
	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100
Receita Total	20.837.624	19.899.931	2,001%	21.775.317	20.795.428	2,001%	122.130.269	116.634.407	10,738%
Receita Primária (I)	20.782.520	19.844.827	1,995%	21.720.213	20.740.324	1,996%	122.075.165	116.579.303	10,733%
Despesa Total	20.837.624	19.899.931	2,001%	21.775.317	20.795.428	2,001%	122.130.269	116.634.407	10,738%
Despesa Primária (II)	20.353.135	19.393.640	1,954%	21.290.828	20.289.137	1,956%	121.645.780	116.128.116	10,695%
Resultado Primário (I - II)	429.385	451.187	0,041%	429.385	451.187	0,039%	429.385	451.187	0,038%
Resultado Nominal	683.163	652.421	0,066%	710.490	678.517	0,065%	738.909	705.658	0,065%
Dívida Pública Consolidada	2.065.724	1.972.766	0,198%	1.819.192	1.737.328	0,167%	1.572.660	1.501.890	0,138%
Dívida Consolidada Líquida	683.163	652.421	0,066%	723.538	690.979	0,066%	833.751	796.232	0,073%
Receita Primária advindas de PPP (IV)									
Despesa Primária gerada de PPP (V)									
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV-V)									

Obs.: PIB calculado com base em 2010 e aplicado os índices de inflação pelo BACEN. Fonte: BACEN e IBGE

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

RECEITA E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
2015

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, Inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

RECEITAS PREVIDENCIÁRIA	2011	2012	2013
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIO) (I)	-	-	-
RECEITAS CORRENTES	-	-	-
Receita de Contribuições dos Segurados	-	-	-
Pessoal Civil	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-
Outras receitas de Contribuições	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-
Compensação Previdenciária do RGPS para RPPS	-	-	-
Demais Receita Correntes	-	-	-
RECEITA DE CAPITAL	-	-	-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	-	-	-
RECEITA PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	-	-	-
RECEITAS CORRENTES	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-
Patronais	-	-	-
Pessoal Civil	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-
Para Cobertura de Déficit Atuarial	-	-	-
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-
Receita Serviços	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-
RECEITA DE CAPITAL	-	-	-
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIA (III) = (I + II)	-	-	-
DESPESAS PREVIDENCIÁRIA	2011	2012	2013
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-
despesas Capital	-	-	-
PREVIDÊNCIA	-	-	-
Pessoal Civil	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	-
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	-	-	-
Demais Despesas Previdenciárias	-	-	-
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-
despesas Capital	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)	-	-	-
RESULTADO PREVIDENCIÁRIAS (VII) = (III - VI)	-	-	-
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	2011	2012	2013
TOTAL DOS APORTES PARA ORPPS	-	-	-
Plano Financeiro	-	-	-
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeira	-	-	-
Recursos para Formação de Reserva	-	-	-
Outras Aportes para RPPS	-	-	-
Plano Previdenciário	-	-	-
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	-	-	-
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	-	-	-
Outras Aportes para RPPS	-	-	-
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	-	-	-
BENS DIREITOS DO RPPS	-	-	-

Fonte:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO WALTER
GABINETE DO PREFEITO

39

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO
EXERCÍCIO ANTERIOR 2015

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, § 2º, Inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	I-Metas Previstas 2013	% PIB	I-Metas Realizadas em	% PIB	Variação (II - I)	
					Valor	%
Receita Total	18.518.630	1,97%	17.013.326	1,81%	(1.505.304)	-8,85%
Receita Primária (I)	18.438.281	1,96%	16.904.620	1,80%	(1.533.660)	-9,07%
Despesa Total	18.518.630	1,97%	16.511.683	1,75%	(2.006.948)	-12,15%
Despesa Primária (II)	18.412.962	1,96%	16.406.014	1,74%	(2.006.948)	-12,23%
Resultado Primário(I - II)	85.372	0,01%	498.607	0,05%	413.235	82,88%
Resultado Nominal	(98.997)	-0,01%	(604.580)	-0,06%	(505.584)	0,00%
Dívida Pública Consolidada	-	0,00%	2.172.392	0,23%	2.172.392	0,00%
Dívida Consolidada Líquida	-	0,00%	89.103	0,01%	89.103	0,00%

Fonte: Balanço 2013

35



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO WALTER
GABINETE DO PREFEITO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2015

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art. 4º, § 2º, Inciso I I)

ESPECIFICAÇÃO	V										
	2012	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%	2	%
Receita Total	17.167.	17.013.326	0,00%	19.039.10	0,00%	20.837.62	0,00%	21.775.317	4,50%	122.130.26	460,87%
Receita Primária(I)	17.003.	16.904.620	0,00%	18.984.00	0,00%	20.782.52	0,00%	21.720.213	4,51%	122.075.16	462,03%
Despesa Total	15.929.	16.511.683	0,00%	19.039.10	0,00%	20.837.62	0,00%	21.775.317	4,50%	122.130.26	460,87%
Despesa Primária(II)	15.771.	16.406.014	0,00%	18.525.98	0,00%	20.353.13	0,00%	21.290.828	4,61%	121.645.78	471,35%
Resultado Primário(I - II)	1.232.4	498.607	0,00%	458.018	0,00%	429.385	0,00%	429.385	0,00%	429.385	0,00%
Resultado Nominal	(761.74	(604.580)	0,00%	683.163	0,00%	683.163	0,00%	710.490	4,00%	738.909	4,00%
Dívida Pública	2.086.2	2.172.392	0,00%	2.171.392	0,00%	2.065.724	0,00%	1.819.192	-11,93%	1.572.660	-13,55%
Dívida Consolidada Líquida	604.372	89.103	0,00%	683.163	0,00%	683.163	0,00%	723.538	5,91%	833.751	15,23%

ESPECIFICAÇÃO	V										
	2012	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%	2	%
Receita Total	16.188.602	16.007.839	0,00%	17.913.895	0,00%	19.899.931	0,00%	20.795.428	4,50%	116.634.407	460,87%
Receita Primária(I)	16.034.770	15.905.557	0,00%	17.862.047	0,00%	19.844.827	0,00%	20.740.324	4,51%	116.579.303	462,09%
Despesa Total	15.021.789	15.535.842	0,00%	17.913.895	0,00%	19.899.931	0,00%	20.795.428	4,50%	116.634.407	460,87%
Despesa Primária(II)	14.872.540	15.436.419	0,00%	17.431.098	0,00%	19.393.640	0,00%	20.289.137	4,62%	116.128.116	472,37%
Resultado Primário(I - II)	1.162.231	469.139	0,00%	430.949	0,00%	451.187	0,00%	451.187	0,00%	451.187	0,00%
Resultado Nominal	(718.326)	(568.850)	0,00%	642.788	0,00%	652.421	0,00%	678.517	4,00%	705.658	4,00%
Dívida Pública Consolidada	1.967.376	2.044.004	0,00%	2.043.063	0,00%	1.972.766	0,00%	1.737.328	-11,93%	1.501.890	-13,55%
Dívida Consolidada Líquida	569.923	83.837	0,00%	642.788	0,00%	652.421	0,00%	690.979	5,91%	796.232	15,23%

Fonte: Balanço 2012, 2013 e Orçamento de 2014.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO WALTER
GABINETE DO PREFEITO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO
LÍQUIDO 2015

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art. 4º, § 2º, Inciso I II)

PATRIMÔNIO	2013	%	2012	%	2011	%
Patrimônio/Capital	8.588.885	37,24%	6.258	57,00%	3.985.9	-35,56%
Reservas						
Resultado Acumulado	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Total						

REGIME						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2013	%	2012	%	2011	%
Patrimônio/Capital	-		NADA A DECLARAR		-	
Reservas						
Resultado Acumulado						
Total						

Fonte: Balanço 2011, 2012 e 2013



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO WALTER
GABINETE DO PREFEITO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2015

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art. 4º, § 2º, Inciso I II)

RECEITAS REALIZADAS	2013	2012	2011
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS(I)	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-

DESPESAS LIQUIDADAS	2013	2012	2011
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II)	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-
Investimentos	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio De Previdência dos Servidores	-	-	-
SALDO FINANCEIRO			
VALOR (III)	-	-	-

Fonte: Balanço 2011, 2012 e 2013

Nota:

38



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO WALTER
GABINETE DO PREFEITO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE
PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
2015

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, Inciso I V, alínea "a") R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (A)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (B)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIAS (C)=(A-B)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (D) (D Exercício Anterior) + (C)
2012	-	-	-	-
2013	-	-	-	-
2014	-	-	-	-
2015	-	-	-	-
2016	-	-	-	-
2017	-	-	-	-
2018	-	-	-	-
2019	-	-	-	-
2020	-	-	-	-
2021	-	-	-	-
2022	-	-	-	-
2023	-	-	-	-
2024	-	-	-	-
2025	-	-	-	-
2026	-	-	-	-
2027	-	-	-	-
2028	-	-	-	-
2029	-	-	-	-
2030	-	-	-	-
2031	-	-	-	-



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO WALTER
GABINETE DO PREFEITO

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2015**

AMF - Demonstrativa 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/PROGRAMA/BENEFICÁRIO	RENUNCIA DE RECEITA			COMPENSAÇÃO
			2015	2016	2017	
Penalidades acessórias do IPTU	Anistia	Proprietários de Imóveis	1.270,92	1.423,43	1.594,24	Manutenção dos Órgãos
IPTU	Remissão	Proprietários de imóveis em locais com risco de alagação	1.588,65	1.779,29	1.992,80	Manutenção dos Órgãos Municipais
IPTU e ISS	Remissão	Frustração na recuperação da Dívida Ativa	2.118,20	2.372,38	2.657,07	Investimentos
Impostos e Taxas	Remissão	Outros Passivos Contingentes	1.376,83	1.542,05	1.727,10	Investimentos
TOTAL			8.369,60	9.133,15	9.988,21	

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO WALTER
GABINETE DO PREFEITO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA ANEXO DE METAS FISCAIS

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS
OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2015

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, Inciso V)

EVENTO	2015
Aumento Permanente da Receita	
(-) Transferências Constitucionais	
(-) transferências do FUNDEB	
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita(I)	
Redução Permanente de Despesa(II)	
Margem Bruta (III) = (I - II)	
Saldo Utilizado DA Margem Bruta(IV)	
Novas DOCC	
Novas DOCC geradas por PPP	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III - IV)	

Fonte: